

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior - MDIC**

Secretaria de Inovação

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Brasília (DF), março de 2011

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Secretaria de Inovação

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU 2.546/2010.

Unidade responsável: Secretaria de Inovação

Brasília (DF), março de 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Aliceweb - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
AMN - Associação Mercosul de Normalização
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CBN - Comitê Brasileiro de Normalização
CBR - Comitê Brasileiro de Regulamentação
CGEE – Centro de Gestão de Estudos Estratégicos
CGMI – Coordenação-Geral de Modernização e Informática do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBEI - Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações
CONJUR – Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CONMETRO - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
COPANT - Comissão Pan-americana de Normas Técnicas
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DF – Distrito Federal
EBN - Estratégia Brasileira de Normalização
ENCONIT - Encontro Nacional de Inovação Tecnológica em Biotecnologia
FDC – Fundação Dom Cabral
FG – Função Gratificada
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GBPR - Guia de Boas Práticas de Regulamentação
GIPI - Grupo de Trabalho do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEC - International Electrotechnical Commission
IMD – Instituto de Mídia Digital
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
ISDB-t - Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre)
ISO - International Organization for Standardization
LANAGRO - Laboratório Nacional Agropecuário
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MF – Ministério da Fazenda
 MG – Minas Gerais
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MRE – Ministério das Relações Exteriores
 OMC – Organização Mundial do Comércio
 P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
 PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
 PI – Propriedade Intelectual
 PIB – Produto Interno Bruto
 PINTEC – Pesquisa de Inovação Tecnológica
 PME – Pequenas e Médias Empresas
 PPA – Plano Plurianual
 RH – Recursos Humanos
 RP – Restos a Pagar
 SCS - Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 SDP - Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SE - Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 SECEX - Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 SI – Secretaria de Inovação
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
 SINMETRO - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
 SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 STI – Secretaria de Tecnologia Industrial
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TI – Tecnologia da Informação
 TIB – Tecnologia Industrial Básica
 TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
 UG – Unidade de Gestão
 UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 WT/DS267 - Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

I.	ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO	5
II.	QUADRO IDENTIFICADOR DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO	6
III.	QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO AO COMITÊ BRASILEIRO DE ELETRICIDADE, ELETRÔNICA, ILUMINAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES - COBEI.....	9
IV.	QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT	10
V.	QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA	11
VI.	QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO INSERÇÃO INTERNACIONAL DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	11
VII.	QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS DE INFORMAÇÃO E NEGÓCIOS.....	12
VIII.	QUADRO DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS ...	13
IX.	QUADRO DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO	13
X.	INDICADORES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO	15
XI.	QUADRO SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18
XII.	QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO	19
XIII.	QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	20
XIV.	QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO POR FAIXA DE ESCOLARIDADE.....	21
XV.	TABELA DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	22
XVI.	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	22
XVII.	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	23
XVIII.	DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	25
XIX.	QUADRO DA CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	25
XX.	QUADRO-RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SECRETARIA DE INOVAÇÃO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	26
XXI.	QUADRO-RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE VIGÊNCIA EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	26
XXII.	RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	27
XXIII.	VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	27
XXIV.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA	28
XXV.	QUADRO ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	29
XXVI.	QUADRO GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	31
XXVII.	GESTÃO DE TI DA UJ	32
XXVIII.	DECLARAÇÃO DO COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV	37
XXIX.	DECLARAÇÃO DA COORDENADORA-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS SUBSTITUTA ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV	37
XXX.	DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR.....	37

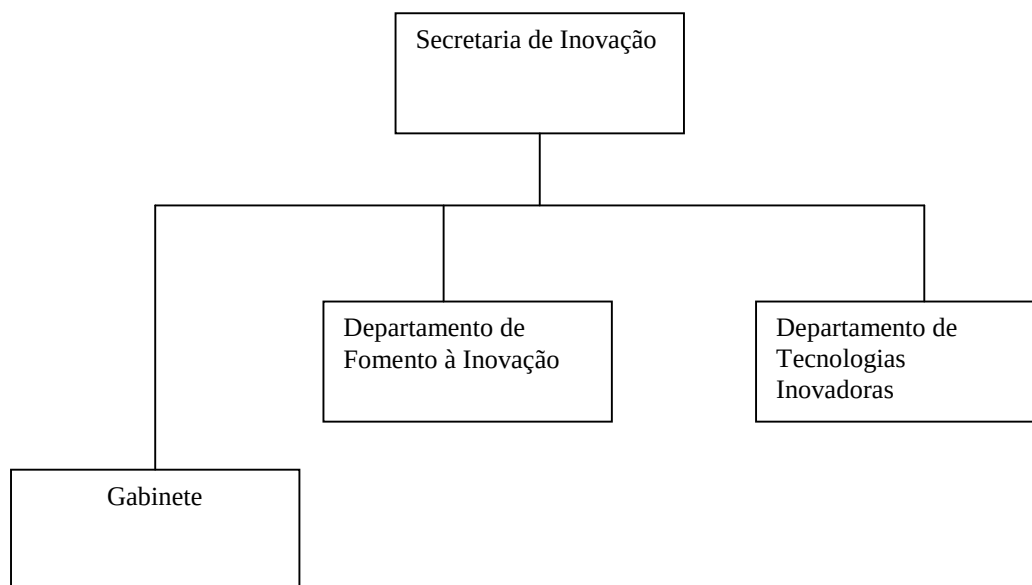
SUMÁRIO

1	ORGANOGRAMA FUNCIONAL	5
2	INTRODUÇÃO	5
3	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA:	6
4	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	7
5	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
6	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA	9
6.1	Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da Secretaria:	9
6.2	Execução Física das Ações Realizadas Pela Secretaria	9
6.2.1	Ação 0003 – Contribuição ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações – COBEI 9	
6.2.1.1	Análise Crítica	9
6.2.2	Ação 0215 - Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.....	10
6.2.2.1	Análise Crítica	10
6.2.3	Ação 8919 – Apoio à Implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia	11
6.2.3.1	Análise Crítica	11
6.2.4	Ação IC14 – Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas	11
6.2.4.1	Análise Crítica	11
6.2.5	Ação 0494-8931 – Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios	12
6.2.5.1	Análise Crítica	12
7	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	13
7.1	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários.....	13
7.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	13
7.3	Indicadores Institucionais	14
8	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18
8.1	Análise Crítica:.....	18
9	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	19
10	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	21
11	QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	22
12	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	22
13	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	25
13.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	25
13.2	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	26
13.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	26
13.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	27
13.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse .	27
13.6	Análise Crítica	28

14	DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV	28
15	DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	28
16	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	29
17	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	30
18	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	32
19	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	33
20	AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	33
21	CONTRATO DE GESTÃO DO INMETRO	34
22	RESULTADOS E CONCLUSÕES	34
23	ANEXOS:	37
23.1	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios e termos de parcerias estão disponíveis e atualizados no SIASG e SICONV	37
23.2	Declaração do Contador	37

1 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO



- **Departamento de Fomento à Inovação** = ação governamental voltada à infraestrutura tecnológica e à inovação nos sistemas produtivos
- **Departamento de Tecnologias Inovadoras** = ação governamental voltada às tecnologias inovadoras e estratégicas para o desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos

2 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Inovação – SI, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, foi instituída pelo Decreto 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, com a finalidade de substituir a antiga Secretaria de Tecnologia Industrial (STI). O principal objetivo da SI é melhorar a qualidade e o nível de inovação no Brasil, com vistas a promover o desenvolvimento dos diversos sistemas produtivos por meio de práticas inovadoras. Seus programas e ações atuam de forma próxima aos setores de produção para disseminar a cultura da inovação e expandir conhecimentos relativos às políticas, estratégias, atividades e recursos, tendo como alicerce o desenvolvimento sustentável.

Este Relatório de Gestão apresenta as principais ações e políticas executadas pela Secretaria no ano de 2010. O formato e o conteúdo seguem as orientações estabelecidas pelo Tribunal de Contas da

União por intermédio dos documentos Instrução Normativa TCU 63/2010, Decisão Normativa TCU 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010.

O relatório contém uma parte introdutória em que se identifica a instituição, suas responsabilidades institucionais e estratégia de atuação. Em um segundo momento apresentam-se informações de conteúdo finalístico, onde são expostas as ações conduzidas pela Secretaria constantes no PPA e os seus resultados. Em uma terceira parte constam as informações relacionadas aos recursos financeiros e sobre o quadro funcional. Por último, coloca-se um texto final com outros resultados, principais realizações, dificuldades e conclusões.

Relativamente ao elenco de informações demandadas pelo Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, o presente relatório não traz informações sobre os itens a seguir, por conta da inexistência de eventos da espécie no âmbito da SI: programação orçamentária da despesa, despesas de capital por grupo e elemento de despesa, execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, indicadores gerenciais sobre recursos humanos, gestão ambiental e licitações sustentáveis, gestão de bens imóveis de uso especial, gestão de tecnologia da informação, utilização de cartões de pagamento do governo federal, renúncias tributárias, deliberações do TCU ou de órgãos de controle interno, contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Por outro lado, diante da impossibilidade de obtermos dados nesta Secretaria, as informações relativas aos recursos financeiros e de pessoal (itens 7 a 14 e 17 deste relatório) foram fornecidas pelas unidades que coordenam de forma centralizada esses assuntos no MDIC: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Coordenação-Geral de Recursos Humanos. Os dados recebidos foram reproduzidos neste relatório.

3 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA:

QUADRO IDENTIFICADOR DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Código SIORG: 3162
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Inovação			
Denominação abreviada: SI			
Código SIORG: 008925	Código LOA: 28101	Código SIAFI: 280112; 280117 e 280120	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Ministério; supervisão e coordenação			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2027-7133	(61) 2027.7018	Fax: (61) 2027-7286
E-mail: si@mdic.gov.br			
Página na Internet: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=3			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 200. CEP: 70053-900 - Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.096, de 04 de fevereiro de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria GM MDIC, nº 06, de 11 de janeiro de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
280112	Secretaria de Inovação
280117	Secretaria de Inovação/Acordo/MDIC
280120	Secretaria de Inovação-Projeto ALA/BRA/2004/2006-189
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Gestão Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
280112	00001
280117	00001
280120	00001

4 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O debate interno realizado na Secretaria no decorrer do ano de 2009, com vistas à reorientação do seu posicionamento diante do cenário cada vez mais competitivo imposto às empresas, evidenciou a necessidade de uma reformulação no seu formato organizacional e no seu elenco de competências, agora com foco em inovação no sistema produtivo. Nesse sentido, o Decreto nº 7.096, de 04 de fevereiro de 2010, que aprovou a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, modificou o nome da Secretaria, que passou a ser denominada Secretaria de Inovação, e, em seu artigo 25º, estabeleceu as suas competências, conforme a seguir:

- I. Contribuir para a formulação da Política de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nos aspectos relacionados à inovação e à política tecnológica, para o desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;
- II. Planejar, estabelecer, supervisionar, coordenar, avaliar e controlar políticas, estratégias, atividades e recursos referentes a:
 - a) inovação tecnológica nos sistemas produtivos;
 - b) tecnologias inovadoras e estratégicas;
 - c) infra-estrutura tecnológica;
 - d) metrologia, normalização e avaliação de conformidade;
 - e) propriedade intelectual;
 - f) transferência de tecnologia;
 - g) prospecção, articulação, aperfeiçoamento, disseminação, promoção, incentivo e fomento da inovação, das competências inovadoras e do conhecimento;
 - h) aceleração do processo de inovação nos ambientes produtivo e social;
 - i) incorporação de tecnologia aos produtos, processos e serviços;
 - j) promoção, incentivo e fomento ao investimento privado em inovação e desenvolvimento tecnológico;
 - k) promoção, articulação, incentivo e fomento da cooperação internacional em inovação, competências inovadoras e transferência de tecnologia;
 - l) promoção, articulação, incentivo e fomento de parcerias e alianças estratégicas e tecnológicas, com organizações brasileiras, estrangeiras e multilaterais;
 - m) promoção, articulação, incentivo e fomento da inovação para o desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos; e
 - n) difusão da cultura de inovação;
- III. Participar do planejamento, normatização, supervisão, coordenação, avaliação e controle de políticas, estratégias, programas, ações e atividades no que se refere a:

- a) desenvolvimento científico e tecnológico; e
 - b) aplicação de recursos públicos destinados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico
 - c) nos sistemas produtivos;
- IV. Formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados e convênios internacionais;
- V. Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhar e avaliar os seus programas e ações; e
- VI. Planejar, estabelecer, supervisionar e coordenar as ações decorrentes de tratados, acordos e convênios internacionais relativos aos assuntos de sua competência.

Tendo como base essas competências, a atuação da Secretaria em 2010 esteve estrategicamente voltada para os assuntos de inovação, a partir do fortalecimento dos seus elementos constitutivos: infraestrutura tecnológica, políticas de inovação e tecnologias inovadoras, com foco em um sistema produtivo entendido no sentido amplo, incluindo vários tipos de serviços e ênfase no comércio exterior.

O objetivo foi fortalecer a inovação, como fator determinante no contexto econômico, particularmente no que se refere à competitividade e inserção internacional de pequenas e médias empresas (PME). O principal desafio foi tratar de forma integrada e abrangente essa questão no âmbito do sistema produtivo e do MDIC. Esse tratamento implicou, fundamentalmente, um processo de articulação interno com as demais Secretarias do Ministério e outros órgãos de governo, e com organizações representativas dos segmentos produtivos.

5 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Neste contexto, orientado por um plano estratégico em construção, que já definiu cinco objetivos essenciais para o bom desempenho da Secretaria em sua missão: “Aumentar a Competitividade da Empresa Brasileira por Meio da Inovação Visando ao Desenvolvimento Sustentável”, fez-se necessário adotar dois enfoques: primeiro, a busca do desenvolvimento tecnológico de cada setor produtivo, objetivando conferir-lhes a necessária competitividade; segundo, um trabalho no sentido de apoiar políticas, com enfoque integrado e sistêmico, para que o tecido produtivo desenvolvesse seu potencial, considerando diversas questões de natureza infraestrutural, de certa forma horizontais. Entre elas, podemos citar aquelas relativas à propriedade intelectual, normalização, regulamentação técnica, avaliação da conformidade, metrologia, tecnologia da informação e inteligência competitiva.

A SI também esteve envolvida em fóruns destinados à formulação e ao acompanhamento de políticas de governo, tanto nas abordagens verticais (cadeias e setores), como horizontais: Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, Comitê Brasileiro de Regulamentação – CBR, Fundo do Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, Comitê Nacional de Biotecnologia, Comitê Executivo Interministerial de Biodiesel, Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, dentre outros.

Outro aspecto fundamental foi a necessidade de se desenvolver a capacidade técnico-política de tratar das vertentes internacionais destes temas, principalmente no que diz respeito às negociações em curso (OMC, MERCOSUL, OCDE, bilaterais, MERCOSUL/U.E., etc.), o que implica a capacidade de articulação e de negociação, buscando-se harmonizar as posições nos diversos fronts, além de articular as políticas inovação com tais posições (influência mútua, visando consistência geral).

6 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA

6.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da Secretaria:

No ano de 2010, a Secretaria de Inovação não teve sob sua responsabilidade a gestão de Programa de Governo inscrito na Lei do Plano Pluri anual (PPA).

6.2 Execução Física das Ações Realizadas Pela Secretaria

6.2.1 Ação 0003 – Contribuição ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações – COBEI

QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO AO COMITÊ BRASILEIRO DE ELETRICIDADE, ELETRÔNICA, ILUMINAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES - COBEI

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
22	665	0411	00003	OP *	3	-	-	-	-

* Operação Especial

6.2.1.1 Análise Crítica

Trata-se de convênio celebrado entre o COBEI e o MDIC, em 23/12/2009, destinado a promover a participação brasileira no organismo internacional de normalização, “*International Electrotechnical Commission*” - IEC. Além do pagamento da anuidade da IEC, está prevista a participação brasileira na elaboração, negociação e aprovação de normas desenvolvidas pela IEC e pela Associação Mercosul de Normalização - AMN, bem como a internalização de normas técnicas internacionais e regionais para se atender os interesses brasileiros, isto durante a vigência do mesmo, ou seja, até 22/10/2010.

O objetivo na formalização deste convênio é assegurar a participação da sociedade brasileira no processo de normalização internacional, de forma a evitar que normas internacionais estabeleçam exigências para cumprimento de requisitos técnicos relacionados a produtos e serviços, sem a participação do setor produtivo brasileiro. Por força dos acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC, todas as partes estariam pressupostamente obrigadas a aceitar produtos que estejam de acordo com normas internacionais, desde que estejam em consonância com os ditos objetivos legítimos (proteção do meio ambiente, saúde, segurança, dentre outros), ainda que estas divirjam das normas nacionais. Portanto a participação do governo brasileiro no fomento à normalização técnica destina-se a restringir o estabelecimento barreiras técnicas que dificultem o acesso de produtos brasileiros no comércio mundial.

O relatório de prestação de contas do convênio, firmado em 2009, foi apresentado em 10/09/2010. Observou-se a conformidade dos indicadores físicos relacionadas no cronograma de execução do plano de trabalho, anexo ao termo de convênio quais sejam: elaboração, negociação ou aprovação de normas internacionais ou regionais desenvolvidas nos organismos internacional ou regional de normalização IEC ou AMN; adoção de normas IEC como normas brasileiras e pagamento da anuidade na IEC. Neste convênio os recursos repassados ao proponente se destinam a financiar parcela da anuidade brasileira na IEC. Parte desta anuidade foi paga pelo MDIC, e a outra parcela paga pelo COBEI a título de contrapartida.

No exercício de 2010, novo Convênio foi assinado em dezembro de 2010, o convênio permanece vigente sendo que o COBEI deverá apresentar o relatório de prestação de contas deste convênio no ano de 2011.

6.2.2 Ação 0215 - Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
22	665	0411	0215	OP *	3	-	-	-	-

* Operação Especial

6.2.2.1 Análise Crítica

Trata-se de convênio celebrado com a ABNT, em 23/12/2009, destinado a promover a participação brasileira no organismo internacional de normalização “*International Organization for Standardization*” – ISO, na Associação Mercosul de Normalização – AMN e na Comissão Pan-americana de Normas Técnicas – COPANT. Além do pagamento das anuidades, está prevista a participação brasileira na elaboração, negociação e aprovação de normas desenvolvidas pelos organismos acima mencionados, bem como na internalização de normas para atender os interesses brasileiros, isto durante a vigência do mesmo, ou seja, até 23/07/2010.

O objetivo da formalização deste convênio é assegurar a participação da sociedade brasileira no processo de normalização internacional, de forma a evitar que normas internacionais estabeleça exigências para cumprimento de requisitos técnicos relacionados a produtos e serviços, sem a participação do setor produtivo brasileiro. Por força dos acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC, todas as partes estariam pressupostamente obrigadas a aceitar produtos que estejam de acordo com normas internacionais, desde que estejam em consonância com os ditos objetivos legítimos (proteção do meio ambiente, saúde, segurança, dentre outros), ainda que estas divirjam das normas nacionais. Portanto a participação do governo brasileiro no fomento à normalização técnica destina-se a restringir o estabelecimento barreiras técnicas que dificultem o acesso de produtos brasileiros no comércio mundial.

O relatório de prestação de contas do convênio firmado em 2009 foi apresentado em 13/07/2010. Observou-se a conformidade dos indicadores físicos relacionadas no cronograma de execução do plano de trabalho, anexo ao termo de convênio quais sejam: elaboração, negociação ou aprovação de normas internacionais ou regionais desenvolvidas nos organismos de normalização: ISO, COPANT ou AMN, adoção de normas internacionais ou regionais como normas brasileiras e repasse das normas adotadas à biblioteca do MDIC. Neste convênio os recursos repassados ao proponente se destinam a financiar parcela da anuidade brasileira nos organismos de normalização, ISO e AMN. Parte desta anuidade foi paga pelo MDIC, e a outra parcela paga pela ABNT a título de contrapartida.

No exercício de 2010, novo Convênio foi assinado em dezembro de 2010, o convênio permanece vigente sendo que a ABNT deverá apresentar o relatório de prestação de contas deste convênio em 2011.

6.2.3 Ação 8919 – Apoio à Implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
22	122	0411	8919	A*	3	Ação implementada-	4	3	5

* Atividade

6.2.3.1 Análise Crítica

Em 2010 se aprofundou a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo. Foi realizado o II Encontro Nacional de Inovação Tecnológica em Biotecnologia - ENCONIT-Biotec, na sede da Fiemg, contando com a participação de cerca de 150 representantes de empresas, sem uso de recursos orçamentários. Foram realizadas três reuniões do Comitê Nacional de Biotecnologia e duas do Fórum de Biotecnologia, tendo ocorrido cinco reuniões de seus grupos de trabalho. Foi realizada uma missão à Cingapura, com participação do governo, oito membros, e da iniciativa privada, três associações. E foi executado, também sem despesas orçamentárias específicas, um Workshop de Bens e Serviço Ambientais, novembro durante a Feira Internacional de Meio Ambiente em São Paulo, para, dentre outros objetivos, identificar empresas de Biotecnologia na área de meio ambiente e agregá-las ao processo da PDP-Biotec. Pela primeira vez o Fórum se manifestou consensualmente em uma consulta pública de um marco legal, CP/43 da ANVISA que tratava de biossimilares. Na avaliação da PDP-Biotec, todas as metas foram concluídas, embora algumas ações, de responsabilidade de outros ministérios não tenham sido completadas. Como tentativa de facilitar a transição, no segundo semestre de 2010 foi amplamente discutida no CNB e no Fórum quais as prioridades para a futura PDP-2011-2014. Com relação aos recursos orçamentários, não foi aprovada a tempo pela CONJUR deste Ministério a dispensa de licitação para a contratação do CGEE para o projeto de levantamento da demanda de escalonamento regional, o que resultou na não utilização da maior parte dos recursos orçamentários da ação.

6.2.4 Ação IC14 – Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas

QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO INSERÇÃO INTERNACIONAL DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
23	693	0419	1C14	P*	3	Empresa apoiada	125	2.577	125

* Projeto

6.2.4.1 Análise Crítica

Esta ação decorre do Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação firmado entre a Comunidade Econômica Europeia e o Brasil. Trata-se de uma cooperação financeira, não reembolsável, em que a Comissão Europeia repassa os recursos financeiros ao Governo Brasileiro para a execução das ações do projeto “Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras”.

Esse Ajuste permitiu ao beneficiário, o MDIC, delegar as atividades de execução à ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Foi firmado um acordo de cooperação técnica e um convênio que permitem o repasse dos recursos àquela instituição para a execução do projeto.

Os recursos oriundos da Comissão Europeia foram parcialmente repassados e a ABDI iniciou a execução de efetiva do Projeto com o apoio a 33 ações de internacionalização que estão sendo executadas por 28 instituições.

O tempo despendido para superação de dificuldades burocráticas inviabilizou a execução dos trabalhos na forma do cronograma inicialmente imaginado: previa-se um apoio a pelo menos 125 empresas em cada ano de execução do projeto. Essas 33 ações estão sendo executadas de forma simultânea e em 2009 foi iniciado um apoio a 654 empresas.

O ano de 2010 permitiu estender esse apoio para outras 1.938 empresas, totalizando 2.577. Adicionalmente, foram realizados: 49 workshops; 463 diagnósticos; 123 pesquisas de mercado; 11.909 horas de consultoria; 4.645 horas de capacitações; 50 parcerias nacionais; 17 parcerias internacionais; e 123 projetos estruturantes para exportação e internacionalização. Além disso, o projeto participou de 17 feiras/missões nacionais e 70 internacionais e treinou 6.678 pessoas em exportação e internacionalização. Também foram adquiridos equipamentos laboratoriais para o Laboratório Nacional Agropecuario de Pedro Leopoldo LANAGRO (MG) e para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

A execução financeira de 2010 restringiu-se ao custeio de despesas acessórias às ações do projeto. As dificuldades com a contratação de outra empresa para prestação dos serviços de Assistência Técnica Local, em face a falência da empresa líder do consórcio inicialmente contratado, inviabilizou o desembolso em valores mais expressivos, conforme previsto inicialmente.

A discrepância entre o resultado físico e a execução financeira deve-se ao fato de que as ações desenvolvidas no ano de 2010 advém, principalmente, da execução de recursos financeiros repassados à instituição executora no ano de 2008.

6.2.5 Ação 0494-8931 – Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios

QUADRO EXECUÇÃO FÍSICA AÇÃO APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS DE INFORMAÇÃO E NEGÓCIOS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
23	691	0419	8931	A*	3	Telecentro apoiado	30		20

* Atividade

6.2.5.1 Análise Crítica

Não houve qualquer execução dos recursos disponibilizados para a ação em razão dos problemas de limite de empenho sofridos pelo MDIC ao longo do ano de 2010. Apesar da tentativa de celebração de um convênio com associação representativa da área de tecnologia da informação, tendo como foco a formação de recursos humanos a partir da capacidade instalada dos Telecentros, o convênio foi assinado, porém, inscrito em restos a pagar não processados para o exercício de 2011.

7 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

A gestão orçamentária e financeira do MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

7.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários

QUADRO DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	530.271	545.360	530.271	545.360
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				
Fonte: SIAFI GERENCIAL				

7.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

QUADRO DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO

(valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1-Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2-Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3-Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	41-4.805.164.	41-2.000.000.	41-4.805.164.	41-2.000.000.	41-4.655.164.	41-1.400.000.	14-565.958.	41-600.000.
2º elemento de despesa	33-641.260.	33-565.360.	33-641.260.	33-565.360.	33 - 110.988.	33-20.000.	33-530.271.	33-545.360.
3º elemento de despesa	14-565.958.	14-464.154.	14-565.958.	14-464.154.			39-446.035.	14-464.154.
Demais elementos do grupo	451.430.	4.802.	451.430.	4.802.			155.395.	4.802.

Fonte:

7.3 Indicadores Institucionais

A constituição de indicadores institucionais tem sido uma preocupação da Secretaria e ganhou relevância a partir da rediscussão do seu papel na sociedade e formulação de um planejamento estratégico.

Esse processo de discussão sinalizou para a necessidade de se constituir elementos, além dos indicadores usualmente exigidos para a formatação das ações inseridas no PPA, que permitam pelo menos inferir os resultados efetivos da Secretaria no seu esforço de atuação junto aos ambientes produtivo e social.

Em que pese as dificuldades inerentes a qualquer construção dessa natureza: mensurabilidade, significância na avaliação de resultados, interferência de fatores externos ao fenômeno, elementos subjetivos, nitidez na relação de causa e efeito, relação custo/benefício na obtenção dos dados, entre outras, os diálogos em curso sugerem para a construção de um conjunto de indicadores que poderão orientar a estruturação de um sistema de informações que viabilize a sua obtenção.

Nesse sentido, não obstante as dificuldades e longe de imaginar esgotado um tema dessa complexidade, procurou-se elencar em caráter preliminar alguns elementos quantitativos que talvez possam balizar a atuação da Secretaria nos próximos anos.

INDICADORES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO

Produtos	Indicador	Fórmula	Fonte da informação
Posicionamentos harmonizados	Índice de decisões consensuadas	$\frac{\text{Nº de decisões consensuadas}}{\text{Nº de demandas em discussão}}$	SI
Aumento do uso de TIB	Taxa de pedidos de proteção de direitos de PI por residentes	$\frac{\text{Nº de pedidos de proteção de direitos de PI por residentes}}{\text{Nº total de pedidos}}$	INPI
	Tx de organismos de avaliação da conformidade acreditados b	$\frac{\text{Nº de certificados de acreditação válidos em Tn}}{\text{Nº de certificados de acreditação válidos em To}}$	ABNT Inmetro
	Tx de programas de avaliação da conformidade desenvolvidos ou revisados	$\frac{\text{Nº de programas de avaliação da conformidade desenvolvidos ou revisados em Tn}}{\text{Nº de programas de avaliação da conformidade desenvolvidos ou revisados em To}}$	
Pessoas capacitadas para gestão da inovação	“Y” Pessoas capacitadas	$[(100.Y)/X]\%$	SI + Executores dos Projetos
Instrumentos de apoio à inovação implementados	“Y” Instrumentos implementados	$[(100.Y)/X]\%$	SI
Gestão de inovação aprimorada	“Y” Empresas que utilizaram e implementaram os instrumentos	$[(100.Y)/X]\%$	SI + Empresas atendidas + parceiros
Participação de empresas inovadoras em projetos prioritários	“Y” Empresas participando de programas de inovação em projetos prioritários	$[(100.Y)/X]\%$	Gestores dos projetos prioritários + órgãos de fomento
Capacidade de inovação das empresas ampliadas	- Aumento de empresas inovando	$[(100.Y)/X]\%$ das empresas que inovam	PINTEC
	- Aumento de empresas com produtos inéditos	$[(100.Y)/X]\%$ (dos produtos inéditos (ver PINTEC))	Sondagem da inovação da ABDI

Geração de oportunidades de mercado para empresas inovadoras	- Y projetos realizados “Y” Empresas participando de programas de inovação em projetos prioritários	$[(100.Y/X)]\%$ $[(100.Y/X)]\%$	SI + APEX + ABDI + MRE + Associações de classe Gestores dos projetos prioritários + órgãos de fomento
Plano de comunicação sobre a cultura de inovação implementado	Tx de campanhas publicitárias Veiculadas	(Nº de campanhas publicitárias veiculadas/ nº de campanhas publicitárias previstas) x100	SI
Eventos de Inovação realizados	Tx de realização de eventos	(Nº de eventos realizados/ nº de eventos previsto) x100	SI
Sociedade consciente da importância da inovação	Tx de crescimento de conhecimento sobre inovação	(X% da população que conhece em 200N/ X% da população que conhece em 200(n-1)) x 100	Pesquisa de Opinião (Inmetro)
Aumento da integração entre setor produtivo e ICT	Tx de acordos realizados	((Nº de acordos realizados ano N/nº de acordos realizados no ano (N-1)) -1)) x 100	MCT
Instrumentos de apoio aos setores estratégicos implementados	Instrumentos implementados		Relatórios da SI
Atores dos setores estratégicos qualificados e capacitados	Média de participantes por setor	Total de participantes / nº setores alvo da ação	Certificados emitidos
Projetos de promoção comercial nos setores estratégicos apoiados	projeto por setor estratégico apoiado	Total de projetos / n. setores apoiados	Relatório da SI
Fóruns dos setores estratégicos implementados	nº de novos fóruns ou outro tipo de organização instalados e com reuniões periódicas	Novos fóruns	Relatório dos fóruns
Aumento do número de empresas em setores estratégicos	Incremento do nº de empresas dos setores estratégicos	n. de empresas dos setores estratégicos em n / nº de empresas dos setores estratégicos em n-1	Associação de empresas

Aumento da participação das empresas brasileiras dos setores estratégicos no mercado mundial	Incremento da exportação dos setores estratégicos	Exportação dos setores estratégicos em n/ Exportação dos setores estratégicos em n-1	Aliceweb
Aumento do uso das tecnologias sustentáveis	Incremento do nº de empresas certificadas	n. de empresas certificadas em n-1 / nº de empresas certificadas em n	Entidades acreditadoras/certificadoras
Aumento do porte das empresas e associação entre elas	Nº de empresas que mudaram de tamanho		Sebrae / associação
Sistema de inteligência para inovação e setores estratégicos implantado	TX de implantação do sistema	Nº de módulos executados / Nº de módulos previstos	SI
Disponibilização de informações estratégicas para estabelecimento de prioridades, nichos, produtos, processos e serviços inovadores e dos setores estratégicos nas empresas	Quantidade de acessos efetuados	Quantidades de “clicks” no sistema	CGMI/MDIC
	TX de relatórios acessados	Quantidade de relatórios acessados / Quantidade de acessos	SI
Aumento de Competitividade dos Setores Produtivos Brasileiros por meio do investimento na inovação e nos setores estratégicos, com sustentabilidade econômica, social e ambiental	Aumento do conteúdo tecnológico dos produtos brasileiros	Verificar metodologia de cada fontes (IMD-FDC, UNCTAD)	
	Aumento da participações das empresas nos setores estratégicos	Porcentagem de produtos de alto conteúdo tecnológico na balança comercial	
	TX geral de inovação	Nº de empresas que implantaram produtos ou processos novos / Nº total de empresas	PINTEC/IBGE
	Volume de faturamento das empresas dos setores estratégicos	Faturamento dos Setores Estratégicos / PIB	BNDES, Associações de Classe e IBGE

8 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A gestão orçamentária e financeira do MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

QUADRO SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
2005				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito/ REINSC.	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	4.766.152	-	32.293	4.733.858
2008	5.875.834	-	83.100	5.792.734
2007	32.352	-	-	32.352
Observações:				

8.1 Análise Crítica:

Reproduzimos a seguir o texto elaborado pela Coordenação de Contabilidade do MDIC:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ: Os restos a pagar não pagos no exercício subsequentes ao de sua inscrição são prorrogados por meio de Decreto e quanto à estratégia de pagamento adotada por esta unidade, informamos que após levantamento realizado, muitos dos valores inscritos são pagos, outros cancelados. Informamos também que os pagamentos vêm ocorrendo, na medida em que os apontamentos de liquidação são apresentados.
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento do RP de exercício anteriores: Tanto o pagamento quanto o cancelamento de restos a pagar podem ocorrer durante ou no final do exercício financeiro seguinte ao da sua inscrição, porém, não foram observados impactos na gestão financeira de 2010 uma vez que os recursos financeiros são disponibilizados à medida que são solicitados.
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro: Informamos que permanência de valores inscritos em Restos a Pagar, se deu por força do Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010 que prorrogou até 30 de abril de 2011 os restos a pagar não processados inscritos em 2007, 2008 e 2009, bem como existe também registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009, em que sua vigência não tenha sido prorrogada, visto ao Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que autorizou a permanência dos empenhos inscritos em RP não processados, sendo os referidos saldos relativos a empenhos de processos por vários motivos, como não entrega do objeto da contratação, de empresas que não

mantiveram as condições de habilitação por ocasião do respectivo pagamento, além de descumprimento de obrigações por parte da contratada.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP: Eventos negativos impactantes não foram registrados. No que tange aos eventos positivos, podemos destacar a redução do montante de restos a pagar.
- Os pagamentos são realizados conforme a apresentação das faturas, com a aprovação dos gestores dos contratos. Uma das dificuldades em fazer a gestão dos “Restos a Pagar” é, exatamente, a falta de envio das faturas de cobrança e das “Cartas de Quitação” dos fornecedores com o “Nada Consta”, dificultando, desta forma, o cancelamento dos valores inscritos em “Restos a Pagar” com a garantia de que não serão mais cobrados posteriormente.
- Não há registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar não processados de exercícios anteriores a 2009, em que sua vigência não tenha sido prorrogada, por meio de decreto; visto o Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que autorizou a permanência dos empenhos inscritos em RP.

9 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

A gestão de pessoas do MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação -Geral de Recursos Humanos. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO

Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		19	4	1
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		2		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		0		
1.2.5 Anistiados CLT Dec 6657/08		0		
1.2.6 Exercício externo anistiados CLT -§7º art.93 8112		0		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		0		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		0		
1.4.1 Cedidos		0		
1.4.2 Removidos		0		
1.4.3 Licença remunerada		0		
1.4.4 Licença não remunerada		0		
1.4.5 Exercício externo anistiados		0		
1.4.6 Exercício provisório		0		
2 Provimento de cargo em comissão				

2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		10		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		3		1
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		2		
2.2.4 Sem vínculo		2		
2.2.5 Aposentado		0		
1.2.6 Exercício externo anistiados CLT -§7º art.93 8112		0		
2.3 Funções gratificadas		3		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		0		
3 Total		34	4	2

Fonte:

<u>Metodologia Utilizada:</u>
Item 1 - Provimento de Cargo Efetivo: Foram excluídos da contabilização os servidores com cargo em comissão, pois esses foram incluídos na contagem do item 2 - Provimento de Cargo em Comissão;
1.2 Servidores de Carreira
1.2.5 – Anistiado CLT: Foi incluído porque pertence a força de trabalho deste Ministério.
1.2.6 – Exercício externo anistiados: Foram incluídos porque pertencem a força de trabalho deste Ministério.
1.4 – servidores cedidos ou em licença
Quando os servidores estão na situação funcional de cedidos ou afastados, a vaga passa a pertencer ao RH, que controla a frequência e os prazos de vencimentos.
Item 2 - Provimento de cargo em comissão
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior
<u>Observação:</u> Segundo o Decreto nº 7.096 de 4 de fevereiro de 2010, a Estrutura Regime ntal da SI conta com 10 DAS .
2.3 Funções gratificadas
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão: Foram contabilizadas as FG'S aprovadas pelo Decreto nº 7.096 de 4 de fevereiro de 2010, no total de 03 funções, todas ocupadas.
<u>Observação:</u> A lotação efetiva foi extraída da extração de dados realizada no mês de dezembro de 2010 onde a unidade contava com 34.

QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	7	6	3	1

1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	3	3	1
2.3. Funções gratificadas		2		1	

QUADRO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO POR FAIXA DE ESCOLARIDADE

Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	15	5	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	8	1	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	1	2	0	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

10 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

A gestão de pessoas do MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação -Geral de Recursos Humanos. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

TABELA DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	4	4	2	3	
Nível Médio	0	0	0	0	
Total					569.686

OBS: Os dados financeiros referem-se ao quantitativo geral de estagiários do Ministério, constante do Relatório Consolidado da Secretaria-Executiva, não sendo possível apresentar valores por unidade.

11 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Inovação não dispõe de informações que permitam aferir os custos de recursos humanos. A gestão de pessoas é realizada de forma centralizada pela Coordenação -Geral de Recursos Humanos do MDIC, que não dispõe dessas informações de forma segmentada por unidade administrativa. Essas informações deverão constar, de modo consolidado, no Relatório de Gestão do Processo Anual de Contas da Secretaria-Executiva do Ministério.

12 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

A contratação de prestação de serviços com locação de mão de obra no MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução das atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	44/2006	Snake Empresa de Segurança Ltda 07.473.476/0001-99	02/10/2006	01/10/2011	x	x	54	66	x	x	P
2009	L	O	23/2009	Servegel Apoio Administração e Suporte Ltda 01.608.603/0001-33	17/10/2009	16/10/2011	62	62	x	x	x	x	P

2009	L	O	74/2009	Apecê Serviços Gerais Ltda 00.087.163/0001-53	31/12/2009	30/12/2011	6	6	x	x	x	x	P
------	---	---	---------	--	------------	------------	---	---	---	---	---	---	---

Observação: Contrato 23/2009, nível de escolaridade não exigida.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio, (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Para compreensão da análise, os dados expressos nos quadros A.5.8, A.5.9 evidenciam as informações sobre as Unidades Administrativas: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA; Secretaria de Comércio Exterior – SECEX; Secretaria de Comércio e Serviços – SCS; Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP; Secretaria Executiva - SE e Secretaria de Inovação- SI. Decorre da análise de relatórios emitidos pelos gestores desses contratos que expressam as informações de modo global.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Geral de Recursos Logísticos													
UG/Gestão: 280101/00001							CNPJ: 00.394.478/0002-24						
Informações sobre contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução da atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	05/2009	Brasfort Administração e Serviços Ltda 36.770.857/0001-38	17/07/2009	15/07/2011	140	75	172	99	x	x	P
2010	9	O	38/2010	Araújo, Junqueira & Cia. Ltda 07.855.231/0001-26	27/04/2010	26/04/2011	x	x	47	33	x	x	A
2010	9	O	74/2010	Seter Serviços e Terceirização 10.704.092/0001-44	01/10/2010	30/09/2011	16	16	x	x	x	x	A
2009	4	O	59/2009	Delta Engenharia Indústria e Comércio 00.077.362/0001-80	12/11/2009	10/11/2011	x	x	30	30	x	x	P
2009	5	O	14/2009	Bratene Engenharia 37.990.264/0001-44	02/04/2009	31/03/2011	x	x	8	8	x	x	P

2009	8	O	32/2009	Snake Empresa de Segurança 07.473.476/0001-99	23/06/2009	21/06/2011	x	x	4	4	x	x	P
2006	8	O	44/2006	Snake Empresa de Segurança 07.473.476/0001-99	03/10/2009	01/10/2011	x	x	66	66	x	x	P
2006	5	O	64/2006	Brasfort Administração e Serviços Ltda 36.770.857/0001-38	03/12/2006	30/11/2011	x	x	20	20	x	x	P
2008	2	O	25/2008	Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda 05.058.935/0001-42	02/07/2008	30/06/2011	1	1	x	x	x	x	P
2009	3	O	29/2009	Monte Sinai 06.948.355/0001-93	27/05/2009	25/05/2011	59	59	x	x	x	x	P
2009	7	O	74/2009	Apecê Serviços Gerais Ltda 00.087.163/0001-53	31/12/2009	30/12/2011	6	6	x	x	x	x	P
2009	7	O	23/2009	Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional 01.608.603/0001-33	17/10/2009	16/10/2011	62	62	x	x	x	x	P
2009	9	O	16/2009	Transportadora Fiúza e Santos Ltda 04.824.922/0001-74	24/04/2009	23/04/2011	x	x	5	5	x	x	P
2010	9	O	59/2010	C&P Soluções em Telemarketing 09.267.699/0001-25	04/08/2010	23/05/2011	x	x	18	11	x	x	A
2010	9	O	90/2010	Modern Service Locação de Mão-de- obra Ltda 08.594.305/0001-80	02/12/2010	01/12/2011	x	x	10	10	x	x	A
2010	9	O	94/2010	GVP Autolocadora e Serviços Ltda 08.466.488/0001-59	17/12/2010	16/12/2011	x	x	10	10	x	x	A
2009	9	O	45/2009	System Teleinformática 00.404.317/0001-93	28/08/2009	28/08/2011	x	x	6	5	x	x	P

Observação: Contrato 05/2009 é remanescente, por isso não será renovado. O Contrato 59/2010 é remanescente, por isso não compreende 12 meses de validade.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
7. Higiene e Limpeza

- 8. Vigilância Ostensiva
- 9. Outras

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
05/2009	1	5	SI
LEGENDA			
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional 2. Manutenção e Conservação de Bens Móveis 3. Serviços de Copa e Cozinha 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis 5. Serviços de Brigada de Incêndio 6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 7. Higiene e Limpeza 8. Vigilância Ostensiva 9. Outras			

13 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

A gestão de transferências de recursos do MDIC é realizada de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. Reproduzimos a seguir as informações obtidas junto àquela coordenação.

13.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

QUADRO DA CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC								
CNPJ: 00.394.478/0001-43				UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências								
Modalidade	Nº do instrumen to	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim
1	599596	07.200.966/0001-11	37.423.164,00	4.768.000,00	0,00	28.000.000,00	19/12/2007	19/04/2012
1	715396	33.402.892/0001-06	557.665,00	111.630,00	0,00	446.035,00	23/12/2009	23/07/2010
1	715404	05.054.996/0001-31	261.840,00	111.740,00	0,00	150.000,00	23/12/2009	22/10/2010
1	750001	06.244.855/0001-44	1.718.628,00	318.628,00	0,00	0,00	17/12/2010	17/12/2012
1	750296	33.402.892/0001-06	626.870,00	126.870,00	500.000,00	500.000,00	03/12/2010	03/08/2011
1	750293	05.054.996/0001-31	250.105,00	150.105,00	100.000,00	100.000,00	07/12/2010	01/10/2011
LEGENDA								
Modalidade:					Situação da Transferência:			
1 -	Convênio				1 -	Adimplente		
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente		
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa		
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído		

5 - Termo de Compromisso

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

13.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO-RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SECRETARIA DE INOVAÇÃO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC						
CNPJ: 00.394.478/0001-43						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	4	2	3	17.015.921	596.035	600.000
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Parceria	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	4	2	3	17.015.921	596.035	600.000

Fonte: CGRL

13.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

QUADRO-RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0001-43					
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010*
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	4	40.018.767	28.600.000	6.055.164	71
Contrato de Repasse	0	-	-	-	-
Termo de Parceria	0	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	0	-	-	-	-
Totais	4	40.018.767	28.600.000	6.055.164	71

13.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente				
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior				
CNPJ: 00.394.478/0002-24			UG/GESTÃO:	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	4	-
		Montante Repassado	28.600.000,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	4
			Montante Repassado (R\$)	762.235,00
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
2009	Contas prestadas		Montante Repassado (R\$)	-
		Quantidade	2	-
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	-
		Quantidade	-	-
2008	Contas prestadas		Montante Repassado (R\$)	-
		Quantidade	-	-
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	-
		Quantidade	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	-
		Quantidade	-	-

Fonte: CGRL

13.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
CNPJ:			UG/GESTÃO:	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas		4	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	4	-
		Montante repassado (R\$)	28.600.000,00	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
		Contas NÃO	Quantidade	-

		analisadas	Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: CGRL

13.6 Análise Crítica

A gestão dos convênios, sob o aspecto das questões formais e observância dos requisitos legais, é realizada pela Coordenação de Convênios, vinculada à Secretaria-Executiva do MDIC. Obtivemos a informação daquela Coordenação de que as disposições do art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e as contidas no art 12, §1º do Decreto nº 6.752/2009 foram rigorosamente observadas.

A Secretaria apresentou um volume significativo de transferências no ano de 2008 por conta da execução de um grande projeto de internacionalização de empresas, custeado pela União Europeia e executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Não foram registrados problemas com inadimplência ou dificuldades com prestações de contas no ano de 2010. Todavia, informa-nos a Coordenação de Convênios que os termos a serem firmados em 2011 conterão a forma de acompanhamento e fiscalização quanto à execução e exigência de relatórios de acompanhamento e prestação de contas parcial.

14 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV

Vide anexo

15 DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Reproduzimos a seguir o texto recebido do Coordenador -Geral de Recursos Humanos do MDIC:

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

Declaro, para os devidos fins, que os servidores da Secretaria de Inovação cumpriram com as obrigações contidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, com as respectivas Declarações de Bens e Rendas, exercício 2010, ano base 2009, e, atendendo a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Brasília, 15 de março de 2011.

DAEL PROFETA DOS REIS
 Coordenador-Geral de Recursos Humanos
 057.278.391-49

16 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

A Secretaria de Inovação não dispõe de estrutura própria de controles internos. Orienta-se pelas recomendações advindas da Assessoria Especial de Controle Interno que atende ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Por outro lado, o MDIC dispõe de uma Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração com uma estrutura administrativa que, entre outras funções, cuida da confiabilidade das informações financeiras produzidas, da obediência às leis e regulamentos que a regem, e da salvaguarda de recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano à eficácia e eficiência das operações.

Adicionalmente, o planejamento estratégico em processo deverá orientar para uma construção organizacional e de processos com alcance para questões de controle de gestão, quando ainda não contemplados pela estrutura do MDIC, suficientes para uma boa prática gerencial.

QUADRO ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas das definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da			x		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais: Os quesitos foram respondidos a partir de consultas informais ao quadro gerencial da secretaria.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

17 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A redefinição do papel da Secretaria trouxe destaque para a sustentabilidade como orientadora das iniciativas com vistas ao desenvolvimento do sistema produtivo. Nesse sentido, todas essas ações, desenvolvidas em 2010, em curso ou em construção, têm como pressuposto esse conceito e confere particular preocupação com a questão ambiental.

No que se refere à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, os processos licitatórios são conduzidos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e as informações sobre esse assunto constam do Relatório de Gestão do Processo de Contas Anual da Secretaria -Executiva do MDIC.

QUADRO GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando -se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			x		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos a partir de consultas informais ao quadro gerencial da secretaria					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

18 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A redefinição do papel da Secretaria trouxe destaque para iniciativas com vistas ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras junto ao sistema produtivo, em especial Tecnologias da Informação e Comunicação.

No que se refere à gestão de tecnologia da informação no MDIC, o tema é conduzido pela Coordenação-Geral de Modernização e Informática do Ministério e as informações sobre esse assunto constam do Relatório de Gestão do Processo de Contas Anual da Secretaria-Executiva.

GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					0
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			x		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					0

equipamentos laboratoriais para o Laboratório Nacional Agropecuário de Pedro Leopoldo (MG) e para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Os registros financeiros dão conta de um desembolso de R\$ 28.000.000,00, repassados à instituição executora em 2008 e 2009, e uma execução direta de R\$ 101.075,22 em 2008, R\$ 638.971,28 em 2009 e R\$ 449.086,53 em 2010. Parcela expressiva dos recursos previstos para 2010 não foram empenhados por conta da falência da empresa Nodalia Solutions S.L., líder do consórcio contratado pela ABDI para a prestação de serviços de assistência técnica especializada.

Os efeitos da variação cambial foram favoráveis e ofereceram tranquilidade quanto à disponibilidade de recursos para a execução do projeto, e não comprometeram o fornecimento de bens e serviços objeto do ajuste.

21 CONTRATO DE GESTÃO DO INMETRO

O MDIC é, desde 1998, o supervisor do Contrato de Gestão do Inmetro, devido à sua qualificação como Agência Executiva. Este dispositivo legal foi criado no bojo do processo da reforma do Estado e tinha o objetivo de oferecer autonomias administrativas e financeiras às autarquias, que seriam mantidas enquanto o órgão estivesse cumprindo seus compromissos e alcançando as metas pactuadas no Contrato de Gestão.

O Contrato de Gestão do Inmetro foi renovado em 1º de junho de 2009, vigorará até 31/12/2011. Durante toda a sua vigência, o contrato foi objeto de acompanhamento em reuniões semestrais e de avaliação do alcance das metas em reuniões anuais do Comitê de Avaliação e Acompanhamento, composto de representantes do MDIC, do MP OG e do MF. Este controle sempre foi realizado com base nos relatórios preparados pela administração do INMETRO, tendo sido feitas recomendações, quando oportunas, e, em todos os casos, tendo sido relatado ao Ministro do Desenvolvimento sobre o cumprimento das obrigações e o alcance das metas.

22 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Associado aos resultados obtidos pelas ações implementada pela Secretaria sob a égide do PPA, é importante destacar o significativo esforço despendido em temáticas voltadas para políticas de governo em prol da competitividade do Brasil com diversos setores produtivos de bens e serviços, numa lógica de inserção competitiva nos mercados globalizados. A característica desse trabalho não permite uma aferição quantitativa no que diz respeito aos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. São assuntos conduzidos de forma coletiva, com participação de outros órgãos de governo e representantes da sociedade civil.

A Secretaria de Inovação acompanha as atividades do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Sinmetro, em especial no âmbito do Comitê Brasileiro de Regulamentação – CBR e do Comitê Brasileiro de Normalização – CBN. No âmbito do CBR, a SI atuou, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, na elaboração e adoção do Plano de Implementação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação (GBPR), instrumento que fornece orientações para a implementação de regulamentos técnicos, com o propósito de contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das práticas regulamentadoras brasileiras. A presidência do CBR é exercida pelo Secretário de Inovação. O

Inmetro, além de membro nato, exerce a Secretaria Executiva desse comitê. No CBN, a Secretaria participou da formulação da Estratégia Brasileira de Normalização - (EBN) que tem o objetivo de coordenar os esforços e de potencializar o envolvimento e comprometimento dos diferentes atores do governo e da sociedade com a eficácia da normalização técnica brasileira.

A atração de centros de P&D para o Brasil envolve a participação de uma série de empresas parceiras no projeto, além de fornecedores e clientes. Essas empresas, geralmente de menor porte, também têm a oportunidade de se internacionalizarem ao prestarem serviços a empresas multinacionais em nível global. Nesse sentido, a SI tem auxiliado as filiais brasileiras de multinacionais a montarem uma "Proposta Brasil" e, assim, competirem com outros países na atração de Centros de P&D&Inovação para o país. Para tanto, foram realizadas rodadas de *match-making*, nas quais nove estados apresentaram suas propostas de atração para instalação de centros da *IBM*, *Dupont*, *Ericsson* e *Whirlpool*.

A Secretaria foi um dos principais atores do Grupo de Trabalho do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI para promover a elaboração e a aprovação da Medida Provisória nº 482, de 2010, que “dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio – OMC”, hoje convertida na Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010. Na sequência desses trabalhos, participou da elaboração das minutas de Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX para efeitos de eventual aplicação de medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações na esfera da propriedade intelectual. As referidas atividades na área de propriedade intelectual mostraram-se essenciais para o processo de negociação com o Governo estadunidense, visto que ofereceram – e ainda continuam a oferecer – elementos cruciais para alcançar, na medida possível, a devida solução para essa controvérsia WT/DS267. Em 17 de junho de 2010, na Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, um importante passo foi conquistado com a aprovação dos termos do “Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267)”.

O Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital, no qual a SI tem assento, além de debater o processo de normatização técnica e os desdobramentos da implantação do sistema ISDB-t no Brasil, coordena a expansão internacional do sistema nipo-brasileiro, que proporcionou a adesão de diversos países latino-americanos: Peru, Argentina, Chile, Venezuela, Equador, Costa Rica, Paraguai e Bolívia, além das Filipinas. Em 2010 a Secretaria coordenou missões empresariais à Argentina e ao Uruguai, com o objetivo, no primeiro, de implementar os acordos de cooperação firmados no que toca às ações de parceria industrial, em especial na área de software, e, em relação ao segundo, de propor conjunto de ofertas de investimentos tendo em vista possibilidade de adesão do Uruguai ao sistema ISDB-t. Nessas ocasiões, foram acertados esquemas de cooperação entre empresas privadas brasileiras e contrapartes locais. A SI participou também de missões de divulgação à África, inclusive no contexto da viagem presidencial de junho de 2010 àquele continente, em países como o Botsuana, Moçambique, Quênia, Tanzânia e África do Sul. Como resultado dessas ações, o sistema nipo-brasileiro de TV Digital alcançou ao final de 2010 uma população estimada em 550 milhões de pessoas, com expectativas de ampliação da cobertura, sobretudo em países da América Central e África.

Transformar o bioetanol em *commodity* e criar um mercado internacional tem sido o foco de ação que levou a Secretaria de Inovação a se inserir na discussão em diversos fóruns nacionais e internacionais, bem como executar atividades de promoção da produção e do uso desse biocombustível em diversos países. Considerando a África como a região com maior potencial de produção de bioetanol, aliada às diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP de estreitamento de relações com essa região e do foco na “commoditização” do bioetanol, foram realizadas diversas ações em um conjunto de países deste continente. Fato de extrema relevância no contexto das atividades junto aos países africanos, tem sido não só incentivar a produção de bioetanol nesses países com intuito de criar um mercado fornecedor robusto a nível mundial, mas também promover a indústria brasileira

como fornecedora de equipamentos, seja na área agrícola, seja na área de processamento do bioetanol. Os serviços associados ao planejamento, implantação e manutenção no setor sucroalcooleiro também têm sido alvo de intensa promoção comercial junto aos possíveis países produtores.

O Decreto nº 6.041/2007, que instituiu a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, criou o Comitê Nacional de Biotecnologia e determinou como seu órgão assessor o Fórum de Competitividade. A Secretaria de Inovação desempenha um importante papel na coordenação entre os entes de governo e na articulação entre governo, academia e setor privado nesses dois ambientes. Como resultado dos trabalhos, houve a coordenação e participação do setor privado e do governo na divulgação da Biotecnologia brasileira para o mundo no maior evento do segmento, BIO2010 em Chicago/EUA, bem como uma missão a Cingapura, com o propósito de avaliar o sistema de inovação e os desenvolvimentos tecnológicos em Biotecnologia da Saúde Humana. Além disso, podemos destacar a realização do II Encontro Nacional de Inovação Tecnológica em Biotecnologia - II Enconit-Biotec em agosto na cidade de Belo Horizonte, que contou com a participação de aproximadamente 150 empresários do setor durante os 3 dias de evento. Essas ações fortalecem o Fórum, que conta atualmente com a representação setorial de cerca de 300 entidades e em presas.

Incluída na PDP como programa mobilizador de áreas estratégicas, a nanotecnologia foi objeto do estabelecimento, pela Secretaria da Inovação, do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, em novembro de 2009. Ao longo de 2010, o Fórum, que reúne empresas e entidades empresariais, órgãos do governo e pesquisadores, produziu uma proposta de algoritmo para marco regulatório, disponível para consulta pública na página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, e um diagnóstico do setor do ponto de vista do mercado, igualmente disponível para consulta. O principal resultado das deliberações do Fórum foi a realização na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em dezembro de 2010, de um workshop sobre as expectativas da indústria brasileira em relação à nanotecnologia, com a participação de 200 empresas e entidades empresariais de diversos setores. Trata-se do primeiro evento sobre esse tópico que ocorreu no Brasil, que teve por objetivo a formulação de propostas de políticas públicas a serem encaminhadas às instâncias governamentais em nível federal e estadual.

O ano de 2011 apresenta especial desafio, particularmente nesse momento de assunção de uma nova equipe de governo. Pretende-se dar continuidade aos projetos desenvolvidos ao longo da execução PPA vigente, buscando sintonia com as novas orientações advindas do novo momento político e pautadas por um planejamento estratégico em construção. Pretende-se dar continuidade ao apoio à implementação da política nacional de biotecnologia, garantir a participação na defesa dos interesses brasileiros em foros internacionais de regulamentação técnica, prover apoio tecnológico com vistas a exportação de pequenas empresas, realizar ações voltadas para o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação: apoio ao comércio eletrônico, capacitação de 2.500 profissionais na área de engenharia de softwares, coordenar os fóruns de competitividade de TIC, biotecnologia e nanotecnologia, apoiar a inserção internacional de pelo menos 125 empresas,

Por outro lado, pretende-se obter destaque para o tema inovação por ocasião da formulação do novo PPA. Propõe-se a construção de um novo elenco de ações, mais alinhadas com a atual missão institucional da Secretaria. Nesse sentido, seis grandes ações serão propostas: aprimorar o sistema de tecnologia industrial brasileira, apoiar a inovação nas empresas, implementar plano de comunicação sobre a cultura de inovação, implementar eventos sobre inovação, implementar instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos setores estratégico e implementar sistemas de inteligência para inovação e setores estratégicos. O resultado esperado para essa gama de ações é o aumento da competitividade e sustentabilidade dos setores produtivos brasileiros.

Francelino Grando
Secretário de Inovação

23 ANEXOS:

23.1 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios e termos de parcerias estão disponíveis e atualizados no SIASG e SICONV

Transcrevemos a seguir texto das declarações recebidas do Coordenador -Geral de Recursos Humanos e da Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos Substituta.

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV

Declaro que as informações constantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG se encontram regulares e atualizadas. Informo que ainda não foram realizados lançamentos de informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV já que o convênio vigente foi registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI antes da obrigatoriedade de registro no SICONV.

DAEL PROFETA DOS REIS
Coordenador-Geral Recursos Humanos
CPF: 057.278.391-49

DECLARAÇÃO DA COORDENADORA-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS SUBSTITUTA ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV

Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Brasília, 15 de março de 2011.

CÍCERA TEREZINHA DA S. MARQUES
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos Substituta
CPF: 471.905.741-15

23.2 Declaração do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
Secretaria de Inovação	280117, 280120 e 28012
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras Executoras, 280117 – Secretaria de Inovação/Acordo/BRA/311e 280120 – Secretaria de Inovação/Projeto ALA/BRA/2004/2006-189, assim como, as	

informações relativas à execução da Unidade Gestora Responsável – UGR 280112 – Secretaria de Inovação, constam dos Demonstrativos Contábeis das Unidades Gestoras Executoras 280102 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, 280101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, 280104 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos, consolidados no Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada, Secretaria Executiva.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília	Data	28 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	Gecilene Ribeiro Coelho	CRC nº	6074-DF